

Violências Psicológicas Vivenciada por Mulheres em Relacionamentos Íntimos: Uma Revisão de Escopo

Psychological Violence Experienced by Women in Intimate Relationships: A Scoping Review

Violencias Psicológicas Vivida por las Mujeres en Relaciones Íntimas: Una Revisión del Alcance

Rosane Mantilla de Souza(1); Isabel Bernardes(2)

1 Professora Titular Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica da PUC-SP.

E-mail: rosane@pucsp.br | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9936-8571>

2 Doutoranda Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica da PUC-SP - Bolsista CNPq.

E-mail: belbernardes5@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4933-5026>

Revista de Psicologia da IMED, Passo Fundo, v. 15, n. 2, p. 54-75, julho-dezembro, 2023 - ISSN 2175-5027

DOI: <https://doi.org/10.18256/2175-5027.2023.v15i2.4940>

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*

Editora: Márcia Fortes Wagner

Como citar este artigo / To cite this article: [clique aqui!/click here!](#)

Resumo

As violências psicológicas em relação às mulheres no contexto de seus relacionamentos íntimos sustentam relações pouco saudáveis, de baixa satisfação, geradoras de adoecimentos físico e mental graves, além de poder escalar em ameaças à vida. Foi realizada uma revisão de escopo nas bibliotecas/bases de dados SciELO – Brasil, Index-Psi de Periódicos Científicos, Medline - PubMed, LILACS e APA/PsycArticles, com o objetivo identificar as características das publicações científicas sobre violência(s) psicológica (s), em relação às mulheres, praticadas em relacionamentos íntimos no período de 2006 a 2023. Foram selecionados 15 artigos que indicam diversidade de metodologia e público-alvo. Permanece a tendência de invisibilidade e naturalização das violências psicológicas nos relacionamentos e, embora se as defina como multideterminadas, o campo carece de produção que considere interseccionalidade de variáveis. Há sugestões no sentido de aparecer como expressão única, coocorrendo com violência física ou escalando. Concluiu-se que embora haja no Brasil, leis que permitam identificar e criminalizar as violências psicológicas, ainda há um campo carente de pesquisas que compreendam as especificidades regionais, causalidades e complexidade de efeitos sobre as mulheres que as vivem em relacionamentos íntimos.

Palavras-chave: violência contra parceira íntima; violência psicológica; revisão de escopo.

Abstract

Psychological violence towards women in the context of their intimate relationships sustains unhealthy relations, with low satisfaction, causing serious physical and mental illnesses, in addition to being able to escalate into threats to life. A scoping review was carried out in the libraries/databases SciELO – Brazil, Index-Psi de Periódicos Científicos, Medline - PubMed, LILACS and APA/PsycArticles, with the aim of identifying the characteristics of scientific publications on psychological violence(s) in relation to women, practiced by intimate partners from the year 2006 to 2023. Fifteen articles were selected, indicating diversity of methodology and target audience. The tendency towards invisibility and naturalization of psychological violence in relationships remains and, although it is considered as multi-determined, the field lacks production that considers the intersectionality of variables. There are suggestions that psychological violence appears as a single expression, co-occurring with physical violence or escalating. It was concluded that although there are laws in Brazil that allow the identification and criminalization of psychological violence, there is still a lack of research that understands the regional specificities, causes and complexity of effects on women who experience it in intimate relationships.

Keywords: Psychological violence, intimate partner violence; scoping review

Resumen

La violencia psicológica hacia las mujeres en el contexto de sus relaciones íntimas sustenta relacionamientos insanos, de baja satisfacción, generando enfermedades psicológicas y físicas severas, además de poder escalar en amenazas a la vida. Se realizó una revisión de alcance en las bibliotecas/bases de datos SciELO – Brasil, Index-Psi de Periódicos Científicos, Medline - PubMed, LILACS y APA/PsycArticles, con el objetivo de identificar las características de las publicaciones científicas sobre la (s) violencia(s) psicológica(s) en relación con las mujeres, practicadas en sus relaciones íntimas entre los años 2006 y 2023. Se seleccionaron 15 artículos, que indican diversidad de metodología y público seleccionado. La tendencia a la invisibilidad y naturalización de la violencia psicológica en las relaciones se mantiene y, aunque se la considera multideterminada, el campo carece de producción que considere la

interseccionalidad de las variables. Hay sugerencias de que la violencia psicológica aparece como una expresión única, coexistiendo con la violencia física o escalando. Se concluyó que aunque existen leyes en Brasil que permiten la identificación y criminalización de la violencia psicológica, todavía faltan investigaciones que comprendan las especificidades regionales, las causalidades y la complejidad de los efectos sobre las mujeres que la experimentan en sus relaciones íntimas.

Palabras clave: violencia contra parejas íntimas; violencia psicológica; revisión del alcance.

Introdução

Os estudos de gênero e o movimento feminista de segunda onda denunciaram, entre as décadas de 1960 e 1980, as desigualdades sociais entre homens e mulheres e trouxeram à luz a vulnerabilidade feminina em suas relações domésticas e íntimas (Saffioti, 2001). De lá para cá, as violências contra as mulheres foram combatidas no Brasil e no mundo, embora se esteja muito longe de coibi-las.

Os dados publicados no 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública mostram que em 2022, no Brasil, “245.713 mulheres registraram boletim de ocorrência para agressões ocorridas no ambiente doméstico ou dele decorrente”. Algo na ordem de “673 registros diários”. Também se verifica que as mulheres têm em seu principal agressor um parceiro íntimo -namorado, cônjuge ou ex-cônjuge - alguém com quem ela mantém ou manteve um vínculo afetivo (Bueno *et al.*, 2023, p. 138).

Outras informações contidas no 17º Anuário chamam a atenção para o crescimento das notificações de ameaça. Na ameaça, o agressor pode causar dano emocional, mantendo a mulher “sob seu jugo por medo” o que desafia a compreender, e tornar visível, um aspectos ainda mais complexo das violências, aquelas que ocorrem quando as agressões não deixam marcas visíveis, mas podem redundar em danos emocionais, mantendo-a em um relacionamento abusivo. Além disso, os dados sugerem que ameaça e perseguições são fatores de risco para o feminicídio (Bueno *et al.*, 2023, p. 139).

As ameaças são expressões de violência psicológica. Embora os conflitos conjugais que escalam em ataques físicos tenham progressivamente deixado o domínio do privado, sendo denunciados pelas próprias mulheres, por familiares e pela comunidade, evidenciando sua reprovação social crescente, as violências psicológicas podem ser naturalizadas e minimizadas socialmente, por seus perpetradores, por quem as sofre e pelos profissionais que as atendem.

Estudo recente (Mascarenhas *et al.*, 2020) destaca que a busca por ajuda por parte de mulheres, seja no serviço de saúde, seja no policial, geralmente ocorre a partir de lesões físicas. Há dificuldade de elas reconhecerem que concomitante ao abuso físico sofriam violências psicológicas múltiplas. De fato, o que chega aos serviços de saúde são as consequências: dores crônicas, síndrome do pânico, depressão, tentativas e suicídio, além de distúrbios alimentares. Assim, esses autores sugerem que há um sub-registro das notificações das violências psicológicas cometidas por um parceiro íntimo.

Por ter caráter subjetivo e por parecer não ter uma relação direta, e à curto prazo, com a integridade física, as violências psicológicas tendem a ser entendidas como atos de menor gravidade, a serem combatidas não por seus efeitos, mas somente para que o risco físico seja evitado. Apesar de a Lei 11.340 de 7 de agosto de 2006, reconhecida como Lei Maria da Penha, em seu Inciso II, já descrever as violências psicológicas, e

haver literatura disponível antes da promulgação da lei (Engel, 2002; Hirigoyen, 2006; Johnson & Leone, 2005; Miller, 1999; Saffiotti, 2001, 2004) o mais frequente é ser citada como problema menor das violências domésticas, sem destaque suficiente.

Recentemente, registrou-se um novo avanço legal que poderá contribuir para visibilidade das violências psicológicas por meio da aprovação da Lei 14.188 de 28 de julho de 2021, que inseriu no Código Penal Brasileiro o artigo 147-B que tipifica “violência psicológica contra a mulher como crime passível de 6 meses a 2 anos de detenção”. O artigo descreve:

Causar dano emocional à mulher que a prejudique e perturbe seu pleno desenvolvimento ou que vise a degradar ou a controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, chantagem, ridicularização, limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que cause prejuízo à sua saúde psicológica e autodeterminação (Art. 147-B. Incluído pela Lei nº 14.188, de 2021).

Como provável consequência, em 2022, foram registrados 24.382 boletins de ocorrência de violência psicológica, com taxa de 35,6 mulheres por grupo de 100 mil, mesmo considerando que oito unidades federativas incluindo o Estado de São Paulo, o mais populosos do país, não tenham enviado os dados sobre o crime (Bueno *et al.*, 2023).

Os efeitos das violências psicológicas vêm sendo identificados com precisão indicando danos múltiplos, como baixa autoestima, ansiedade, depressão e manter-se refém de algemas invisíveis em um relacionamento opressor. Pode trazer malefícios para a saúde mental (depressão, TEPT, distúrbios alimentares) e física (dores crônicas, insônia, cansaço crônico), associando-se a abuso de substâncias e tentativas e suicídio (Dempsey, *et al.* 2023; Engel, 2002; Hamel, *et al.*, 2023; Karakurt & Silver, 2013; Klencakova *et al.*, 2023; Miller, 1999; Njaine *et al.*, 2007).

Dada a complexidade de ações e efeitos, tende-se utilizar a terminologia violências psicológicas, no plural, descrita por meio de duas categorias principais: abuso emocional e comportamento controlador ou controle coercitivo. O primeiro consiste em desmoralizar e fazer com que a pessoa se sinta mal consigo mesma, hostilizando-a por meio de brincadeira perversas, nomes pejorativos, jogos mentais que redundam em dúvidas sobre a percepção da realidade e emoções; além de minimizar o abuso e desqualificar os sentimentos decorrentes, transferindo a responsabilidade pelo comportamento abusivo à vítima. Verifica-se também o uso de intimidação com olhares e gestos, ameaçar ferir entes queridos e animais, abandonar a mulher ou cometer suicídio. O abuso emocional tem por objetivo controlar, subjugar, punir e isolar por meio de humilhações e medo (Engel, 2002; Dempsey, *et al.*, 2023; Hamel, *et al.*, 2023 Klencakova *et al.*, 2023; Miller, 1999).

O comportamento controlador é identificado no ciúme patológico, no monitoramento *online* e *offline* das atividades cotidianas, questionando incessantemente com quem e onde a mulher está, perseguindo, solicitando fotos e vídeos em tempo real, excluindo contatos da rede pessoal e digital, determinando com quem e quando a parceira pode encontrar pessoas, mesmo que os familiares (Bueno *et al.*, 2023; Caridade *et al.*, 2020; Dichter *et al.*, 2018).

Apesar das descrições psicológica e legal detalhadas, nem sempre é fácil reconhecer as expressões das violências psicológicas ou dar-lhes a devida importância. O dia a dia dos relacionamentos, não é composto somente de comportamentos explícitos de desqualificação, ameaça ou intimidação. Esses atos se mesclam a gestos carinhosos ou aparecem disfarçados de atenção e cuidado. E, tampouco, acontecem em alta intensidade de um dia para o outro (Razera & Falcke, 2014). O isolamento social, a perda da própria identidade e da autoestima geram dependência do parceiro e do relacionamento, o que permite o aumento da frequência e intensidade dos abusos, bem como o medo de retaliação. Além disso, o controle pode ser interpretado como zelo (Karakurt & Silver, 2013). Essa compreensão distorcida demonstra como as violências psicológicas se mostram associadas ao gênero, meios de garantir a manutenção do poder em relacionamentos assimétricos, hierárquicos e desiguais (Miller, 1999; Saffioti, 2001, 2004; Hamel, *et al.*, 2023; Karakurt & Silver, 2013)

Embora não haja dúvidas de que possa existir violência psicológica por parte das mulheres em relação a seus parceiros heterossexuais (Cezario, *et al.*, 2016), ou entre casais de mesmo sexo (Souza, *et al.* 2022) não há estudos, nem manchetes na mídia, informando estas relações escalando em homicídio. De todo modo, compreender as violências, quer física, sexual ou psicológica, implica em identificá-las não só pelo gênero, mas como multideterminadas, associada a aspectos socioculturais desiguais no que se refere a: gênero; raça/etnia, orientação sexual, idade, características de personalidade, saúde mental, problemas socioeconômicos e cuidado parental, ou seja, em sua interseccionalidade. Mas há indicações de caminhos sócio-políticos de enfrentamento, por meio da promoção de relacionamentos familiares seguros, diminuição da tolerância às agressões, aprendizagem de habilidades sociais desde a infância, redução da disponibilidade de álcool e armas de fogo, promoção de equidade de gênero na sociedade, redução da pobreza e desigualdade social (Organização Panamericana de Saúde, 2020).

Quando se começou a construção dessa pesquisa identificaram-se muitos estudos internacionais específicos sobre as violências psicológicas, enquanto no Brasil elas ainda permanecem como item das violências domésticas, exigindo esforço do pesquisador na busca de evidências, quanto mais daqueles que tem seu cotidiano assoberbado no atendimento. Mas, se há Leis (11.340/06 e 14.188/21) e ainda assim, subnotificação, dificuldade e identificação/reconhecimento das violências psicológicas

no domínio privado, é fundamental que os profissionais de saúde, os que trabalham em delegacias e no Poder Judiciário, nas escolas, em clínicas e consultórios particulares e a mídia tenham acesso à produção nacional qualificada sobre o tema, facilmente identificada, como existe no caso das violências físicas.

Diante dessas constatações, avaliou-se a necessidade de identificar e analisar a produção especificamente assinalada sobre violências psicológicas em relação às mulheres no contexto de seus relacionamentos íntimos em nosso país. As violências como um todo, e as psicológicas, certamente, são eventos mundiais, mas a serem abordados em sua multideterminação e interseccionalidade regional. Nesse sentido, ponderou-se ser o mais adequado realizar uma revisão de escopo da literatura nacional sobre o tema, com os objetivos de contribuir para o reconhecimento das expressões e enfrentamento das violências psicológicas cometidos por homens em relação a suas parceiras íntimas no Brasil, de modo a obter subsídios baseados em evidências para o desenvolvimento de práticas educativas e psico-educativas, sociais e de atendimento público e privado.

Método

Foi organizada uma revisão de escopo com a finalidade de realizar uma “avaliação preliminar do potencial âmbito e abrangência da literatura disponível”. Este tipo de revisão se propõe a “identificar a natureza e a extensão das evidências dos estudos” (de Sousa *et al.*, 2018, p 49). Pode ter como objetivo explorar como, por quem e com que finalidade um determinado termo é usado em determinado campo. Considera-se que o valor das revisões de escopo para cuidados de saúde e práticas baseadas em evidências, diz respeito ao exame de uma área mais ampla para identificar lacunas de conhecimento ou esclarecer conceitos-chave, referindo tipos de evidências abordadas e informando a prática na área (Khalil, *et al.*, 2021).

As revisões de escopo podem fazer uso de dados de quaisquer fontes (teóricas, revisões), ou qualquer desenho de estudo, mas, tal qual outros processamentos sistemáticos, exige transparência no processo (Khalil, *et al.*, 2021). Os potenciais revisores têm disponível uma versão adaptada do *checklist* PRISMA no formato do PRISMA-ScR (PRISMA *Extension for Scoping Reviews*) sendo sugerido o uso da estratégia mnemônica PCC - População, Conceito e Contexto (Tricco *et al.*, 2018). Assim, a questão desta revisão de escopo se constituiu em: Quais são as características das publicações científicas sobre violência(s) psicológica (s), em relação às mulheres praticadas em relacionamentos íntimos?

Critérios de Elegibilidade

Foram considerados como critérios de inclusão: a) artigos publicados em periódicos revisados por pares: teóricos, relatos de pesquisas de quaisquer desenhos e revisões; b) datados desde 2006, ano da promulgação da lei 11.340, que especifica em seu inciso II a violência psicológica, até 2023; c) nível de qualidade do periódico da publicação no mínimo B2 segundo critério Qualis Periódicos 2017-2020; d) texto em português ou se referisse a trabalhos realizados com a população brasileira. Foram excluídos: a) artigos opinativos, resenhas, editoriais e monografias de especialização, dissertações e teses; b) artigos que não se referissem a populações brasileiras, dado o termo ‘violência psicológica’ ser semelhante em português e espanhol.

Procedimento de Busca

A busca foi realizada em periódicos indexados nas bases de dados e bibliotecas virtuais: SciELO – Brasil, Index-Psi de Periódicos Científicos, Medline - PubMed, LILACS e APA/PsycArticles. Estas bases foram selecionadas por sua confiabilidade, presença de mecanismos de busca com suporte a palavras-chave e operadores booleanos, bem como acesso aos artigos na íntegra. As ações de busca foram realizadas de modo independente pelas duas autoras, e definido um terceiro juiz que não atuou dada a coincidência dos acervos identificados. Após as extrações utilizou-se o aplicativo Zotero para construir banco, exclusão de repetições e elaboração de referências. A busca ocorreu durante o mês de julho de 2023.

Inicialmente, para identificação dos termos de busca, foram usados os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS/MeSH), no site da Biblioteca Virtual de Saúde. Neste, a ‘violência psicológica’ ainda não é classificada; e existem as opções: violência doméstica, violência contra a mulher e violência por parceiro íntimo. Combinando com os operadores booleanos, criou-se a sentença: violência por parceiro íntimo OR violência contra a mulher NOT violência física NOT violência sexual, com acesso ao Pub/Med Bireme e LILACS.

Dado o interesse de rastrear especificamente a violência psicológica, por meio da BVS-Psi Brasil, foi acessado o Terminologias em Psicologia que permitiu identificar o termo ‘violência psicológica’ utilizando, para a busca nas bases, INDEXPSI e SciELO-Brasil: violência psicológica AND violência contra mulher NOT violência física NOT violência sexual. Finalmente, utilizou-se o APA *PsycNet Thesaurus* da *American Psychological Association* que indica ‘*psychological violence*’ e ‘*psychological abuse*’, bem como ‘*intimate partner*’ ou “*intimate partner violence*”. Além disso, inseriu-se nessa sentença para selecionar somente estudos com populações brasileiras: *psychological violence* OR *psychological abuse* AND *intimate partner* OR *intimate partner violence*, AND (“Brazil” OR “Brazilian”). Posteriormente, foram usados os filtros: ano de

publicação (2006 a 2023), limitação dos artigos a língua portuguesa, que trouxessem “violência psicológica” em seu título e tivessem qualificação mínima B2 segundo o Qualis Periódicos-CAPES.

Seleção dos Estudos

Aplicada a cadeia de busca às bases e bibliotecas selecionadas e os filtros específicos permitidos à cada uma delas, foi organizado um banco de dados inicial em separado para cada seleção. Posteriormente sequenciou-se todas as referências de modo a excluir duplicações. A seleção do material constante nessa listagem se deu inicialmente por meio da leitura dos títulos, resumos e palavras-chave, com o objetivo de verificar se correspondiam à questão de pesquisa, bem como a literatura brasileira. O processamento foi realizado independentemente pelas autoras, não sendo verificadas divergências.

A partir da seleção nas etapas anteriores, as duas autoras confirmaram se o conjunto selecionado preenchia os critérios de inclusão e exclusão e, finalmente, os artigos foram lidos na íntegra e excluídos os que ainda não fossem concernentes; finalmente, foram extraídos os dados relevantes para responder à pergunta mobilizadora da revisão.

Resultados

O retorno da busca inicial contabilizando todas as bases foi de 495 artigos. Seguindo-se as etapas determinadas, o corpo de análise se consolidou em 15 artigos, a maioria de alta qualidade segundo critério Qualis: cinco classificados como A1 ou A2 e sete A3 ou A4, dois B1 e apenas um B2.

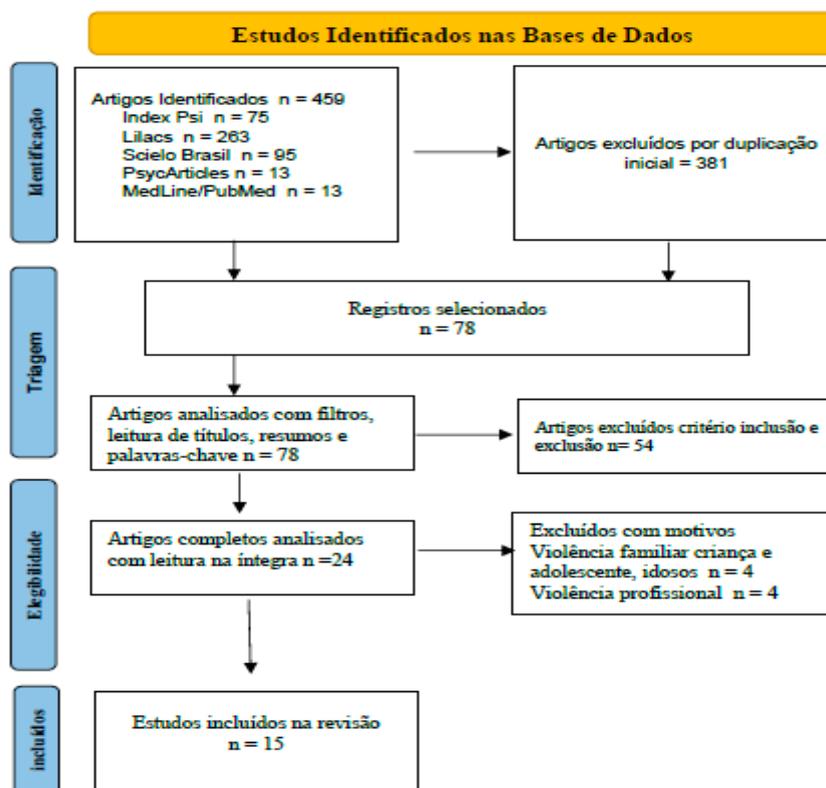
A Figura 1 especifica os resultados de cada etapa de processamento seguindo o modelo *Prima* PRISMA-ScR. Todos os artigos selecionados, conforme critério de elegibilidade, tinham seu texto completo em português ou, quando em inglês tratava de pesquisa com amostras brasileiras.

Figura 1.

Diagrama do processo de inclusão e exclusão dos estudos usando o PRISMA-ScR

Figura 1

Diagrama do processo de inclusão e exclusão dos estudos usando o PRISMA-ScR



Nota: Baseado em Tricco et al., 2018.

Embora a estratégia de uso do termo ‘violência psicológica’, no título dos artigos, tenha facilitado a extração, houve a necessidade de excluir os textos que traziam amostras fora do escopo da revisão como: avaliação psicológica de violência, violência psicológica contra crianças, idosos e profissionais de saúde. Todavia, manteve-se os artigos que tratavam de outras violências combinadas às psicológicas, por não ser este um critério de exclusão.

Considerando a data de publicação dos artigos, observa-se que não há grande concentração, talvez uma tendência ao crescimento a partir de 2020, conforme indicado na Tabela 1 que apresenta os dados de identificação (título do estudo, autores, data de publicação), e as características dos estudos concernentes à pergunta mobilizadora (metodologia, objetivo e definição de violência psicológica utilizada).

Tabela 1.

Principais características dos artigos selecionados no que se refere a autoria, ano de publicação, tipo de estudo, objetivo e conceito de violência psicológica utilizado.

Título	Autoria e ano	Tipo de estudo	Objetivo	Conceito de violência psicológica utilizado
Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica	Silva <i>et al.</i> , 2007	Quantitativo descritivo	Análise números e tipo de vítimas em BO cidade Florianópolis SC.	Conceito Ministério Saúde sobre violência intrafamiliar, 2001.
Relação conjugal, violência psicológica complementaridade fusional	Levy & Gomes, 2008	Teórico – psicanálise	Caracterizar a dinâmica conjugal marcada pela violência psicológica.	Desqualificação do outro e formação de laço perverso e movimento recíproco de domínio do parceiro
Coocorrência de violência física e psicológica entre adolescentes namorados do Recife, Brasil: prevalência e fatores associados.	Barreira <i>et al.</i> , 2013	Pesquisa quantitativa	Estimar prevalência e fatores associados à violência física e psicológica e co-ocorrência entre adolescentes namoros.	Uso do <i>Conflict in Adolescent Dating Relationship Inventory</i> . Violência psicológica em três subtipos: ameaças, verbal/emocional e relacional.
Gritos do silêncio: a violência psicológica no casal.	Colossi & Flacke, 2013	Estudos de caso	Identificar a dinâmica da violência psicológica no casal e compreender o estabelecimento e perpetuação deste modelo relacional.	Uso da <i>Revised conflict tactics scale (CTS-2)</i> .: Ações de violência: coerção sexual, violência física, injúria, negociação e agressão psicológica.
Pesquisa qualitativa da violência psicológica: um instrumento de análise da linguagem	Pimentel, 2013	Documental qualitativa	Analisar literatura para demonstrar a limitação da categoria “doméstica” da violência. Apresenta instrumento para identificação.	Forma de brutalidade que atinge o autoconceito, autoimagem e autoestima; expressa por meio da linguagem verbal e atos não verbais: intimidar, controlar, isolar, silenciar.

Título	Autoria e ano	Tipo de estudo	Objetivo	Conceito de violência psicológica utilizado
Namoro na adolescência no Brasil: circularidade da violência psicológica nos diferentes contextos relacionais	Oliveira <i>et al.</i> , 2014	Pesquisa quantitativa	Avalia a violência psicológica no relacionamento de adolescentes ambos os sexos em 10 capitais Brasil. Identificar a sua relação em outros contextos de vida.	Utiliza a <i>Conflict in Adolescent Dating Relationships Inventory</i> . Define violência psicológica como: a) verbal/emocional, b) relacional: c) ameaças.
Psychological violence against pregnant women in a prenatal care cohort: Rates and associated factors in São Luís, Brazil.	Ribeiro <i>et al.</i> , 2014	Pesquisa quantitativa	Estimar prevalência e analisar os fatores associados à violência psicológica exclusiva e recorrente em relação a mulheres grávidas.	Indicativos violência psicológica: a) insulto ou mulher se sentir mal consigo, b) menosprezo ou humilhação, c) assustar e intimidar, d) ameaçar, direta ou indiretamente.
Da dor no corpo à dor na alma: o conceito de violências psicológicas da lei Maria da Penha	Machado & Grossi, 2015	Pesquisa etnográfica	Compreender o conceito de violências psicológicas trabalhado pelos agentes da polícia, Delegacia da Mulher e Ministério Público.	Usa definição da Lei no 11.340, de 2006, denominada Lei Maria da Penha.
A violência psicológica sofrida pelas mulheres: invisibilidade e memória	Queiroz & Cunha, 2018	Pesquisa qualitativa	Investigar como a memória influencia a (in)visibilidade da violência psicológica no relacionamento conjugal.	Comportamentos que seguem padrão de comunicação verbal ou não, com intenção de causar sofrimento sem uso de atos físicos.
Violência psicológica contra mulheres usuárias da atenção primária à saúde	de Barros Siqueira <i>et al.</i> , 2018	Pesquisa quantitativa	Descrever a violência psicológica contra a mulher usuária da Atenção Primária à Saúde e fatores associados.	Usa definição da Lei no 11.340, de 2006, denominada Lei Maria da Penha.
Postura e intervenções do gestalt-terapeuta frente à violência psicológica contra a mulher por parceiro íntimo	Augustin & Albuquerque Bandeira, 2020	Revisão narrativa	Compreender a violência psicológica à luz da teoria gestáltica e sua aplicação no atendimento.	Usa definição da Lei no 11.340, de 2006, denominada Lei Maria da Penha

Título	Autoria e ano	Tipo de estudo	Objetivo	Conceito de violência psicológica utilizado
Violência psicológica contra a mulher praticada por parceiro íntimo: estudo transversal em uma área rural do Rio Grande do Sul, 2017.	Oliveira <i>et al.</i> , 2021	Pesquisa quantitativa	Estimar prevalência e fatores associados à violência psicológica praticada por parceiro íntimo contra a mulher residente em zona rural.	Usa definição Ministério da Saúde 2002
Violência psicológica: dificuldade em romper o vínculo afetivo em uma relação conjugal violenta	Portela, 2021	Revisão narrativa	Identificar razões para uma mulher se manter em relacionamento com violência psicológica; dificuldade de romper o vínculo com parceiro.	Usa definição da Lei no 11.340, de 2006, denominada Lei Maria da Penha.
Violência física, sexual e psicológica segundo a análise conceitual evolucionista de Rodgers.	Bonamigo <i>et al.</i> , 2022	Revisão conceitual crítica	Identificar semelhanças e diferenças entre os atributos, consequentes antecedentes de diferentes violências.	Não traz definição, somente utiliza o termo.
“ENPODEREENF”: construção de aplicativo para educação permanente de enfermeiros sobre violência psicológica contra a mulher.	Magalhães <i>et al.</i> , 2022	Pesquisa metodológica	Construir um protótipo de aplicativo móvel sobre violência psicológica contra a mulher para facilitar a educação permanente de enfermeiros.	Condutas que causam danos emocionais. A maioria dos casos resulta de forças desiguais, domínio, uso de forças simbólicas, como humilhações e chantagens.

Quanto às definições das violências psicológicas utilizadas, há os autores que explicitamente se remetem a documentos oficiais do Ministério da Saúde (Oliveira *et al.*, 2021; Silva *et al.*, 2007), ou à lei 11.340/06 (Augustin & Albuquerque Bandeira; 2020; de Barros Siqueira, *et al.*, 2018; Machado & Grosse, 2015; Portela, 2021); há os que as circunscrevem aos instrumentos de avaliação utilizados na pesquisa (Barreira *et al.* 2013; Colossi & Falcke, 2013; Oliveira *et al.* 2014); ainda outros trazem definições baseados em literatura progressa, ressaltando comportamentos que causam danos emocionais, perda de autoestima, sofrimento sem atos físicos, expressos por meio da linguagem verbal (humilhar, desvalorizar etc.) e por condutas não verbais, como intimidar, controlar, isolar, silenciar. Portanto, há pouco avanços quanto a definição do fenômeno, somente o estudo de Bonamigo *et al.* (2022) traz novas possibilidade ao

identificar atributos diferenciais para as violências psicológicas, seus antecedentes e consequências comparados às físicas e sexuais.

Os artigos teóricos (Levy & Gomes, 2008), as revisões narrativas (Augustin & Albuquerque Bandeira, 2020; Portela, 2021), os estudos de caso (Colossi & Falcke, 2013) bem como a pesquisa qualitativa baseada em entrevistas clínicas (Queiroz & Cunha, 2018), tem o foco voltado ao atendimento psicoterapêutico e apoiam-se em experiências conjugais como contexto de reflexão.

A maioria das amostras dos estudos é composta por mulheres adultas, embora tenha se analisado duas pesquisas que trabalharam com adolescentes de ambos os sexos. Elas evidenciam expressões precoces e naturalizadas de vivência ativa e passiva de violências psicológicas (Barreira *et al.*, 2013; Oliveira *et al.*, 2014) que exigem confirmação e esclarecimento em outros grupos etários, mais jovens e mais velhos, e em diferentes recortes.

São poucas e díspares as informações sobre incidências e ausência de estudos sobre consequências, o que pode estar relacionada às definições parciais utilizadas pelos pesquisadores. Constatou-se estudos quantitativos de estrutura epidemiológicas indicando variabilidade na incidência, mas, considerando as dimensões do Brasil e as especificidades das amostras, as generalizações são inviáveis. No estudo de uma amostra de adolescentes em Recife, Pernambuco (Barreira *et al.*, 2013) obteve-se 82,8% de ocorrência de, ao menos um ato de violência psicológica, entre os 19,9% participantes que declararam estar em relacionamentos amorosos no ano anterior; já na outra pesquisa realizada com adolescentes, que eram provenientes de dez capitais brasileiras, o índice de violência psicológica em namoros passados foi da ordem de 29,8% (Oliveira *et al.*, 2014). Os demais índices relatados variam de 17,2% em estudo em uma amostra de mulheres adulta da zona rural do Rio Grande do Sul (Oliveira *et al.*, 2021) a 37,8% entre adultas de Pernambuco (de Barroso Siqueira *et al.*, 2018). Finalmente há o estudo que indica a alta incidência de violência psicológica vivida por mulheres grávidas – 41,6% casos - mencionada pelos autores como uma possibilidade de substituto da violência física e que conduz a interrogação da capacidade de autocontrole do parceiro em nome do feto e da paternidade o que também deve ser verificado em outros recortes (Ribeiro *et al.*, 2014).

Discussão

Considerando todo o material analisado permanece uma perspectiva dupla. Há os autores que analisam e consideram as violências psicológicas vivenciadas por mulheres em seus relacionamentos íntimos como uma expressão específica, que deve ser identificada e abordada como tal e estudada em profundidade, e aqueles que as concebem como elementos antecedentes nas violências domésticas que escalam em ataque físico. O

estudo quantitativo de Silva *et al.* (2007) indica a violência psicológica como predecessora à física, e poder-se-ia justificar que, na data da publicação, a visibilidade da mesma era menor; mas, tal concepção se repete em 2020 (Augustin & de Albuquerque Bandeira, 2020), permanecendo, portanto, a demanda de desconstrução teórica.

Na direção de analisar as violências psicológicas como um fenômeno específico trazem contribuição interessante as pesquisas com amostras de adolescentes, por indicarem a possibilidade de ocorrência como fenômeno específico, como coocorrência, e com potencial de escalada (Barreira *et al.*, 2013; Oliveira *et al.*, 2014). Seria importante considerar essas três alternativas em pesquisas com outras amostras e com uso de metodologias qualitativas que permitam a compreensão mais aprofundada do fenômeno em diferentes configurações de relacionamentos.

Também parecem promissores os resultados de Bonamigo *et al.* (2022) que permitiram identificar atributos diferenciais utilizados para violências psicológicas, físicas e sexual, tornando-as claramente distintas e oferecendo subsídio para o desenvolvimento de instrumentos, checklists, e programas educativos em múltiplos níveis: profissionais de saúde, famílias, educadores, policiais, promotores etc.

A visibilidade-invisibilidade das violências psicológicas permanece sendo um tema central na literatura analisada (Queiroz & Cunha, 2018; Machado & Grossi, 2015; Pimentel, 2013; Portela, 2021). Persiste a necessidade anteriormente identificada de desnaturalizá-las entre seus múltiplos partícipes: vítimas, perpetradores, profissionais e mídia (Hirigoyen, 2006; Mascarenhas *et al.* 2020; Miller, 1999; Saffioti, 2001, 2004; Karakurt & Silver, 2013).

Embora esteja estabelecido na literatura o papel do gênero subjacente às violências psicológicas vividas pelas mulheres, e todos os artigos analisados nesta revisão concordem com a multideterminação, a avaliação de determinantes, de prevalência e de efeitos é um campo quase vazio, exigindo pesquisas qualitativas para compreensão, tanto quanto quantitativas que busquem causalidades. Além disso, o que foi revisto indica se estar longe da produção de estudos que considerem a interseccionalidade, fundamental para a área, e mais ainda considerando um país imenso como o Brasil. Pouco ou nada se sabe dos regionalismos de expressão e prevalência. Há informações anteriores e corroboradas nesta revisão (Barreira *et al.*, 2013; Oliveira *et al.*, 2014) sobre o papel da idade/geração e tipo de relacionamento não só na identificação como na atribuição de significado aos atos de violência psicológica. Esses estudos tanto quanto o de Colossi e Falcke, (2013) reforçam a indicação tanto do papel da transmissão intergeracional, quanto a relevância do desenvolvimento de práticas educacionais alternativas às soluções violentas destinadas a crianças e adolescentes (OPAS, 2020; Razera & Falcke, 2014).

Apesar de os estudos mais voltados para as questões de atendimento (Augustin & Albuquerque Bandeira, 2020; Colossi & Falcke, 2013; Levy & Gomes, 2008; Portela,

2021) favorecerem o aprimoramento da psicoterapia à mulher e casais, a análise conjunta desses trabalhos leva a dúvidas acerca de a que tipo de atendimentos se referem. Ao pensar nas características definidoras de abuso emocional e controle coercitivo, é difícil imaginar que estes parceiros masculinos frequentemente ou permitam que suas cônjuges busquem psicoterapia. O material descrito remete mais à definição de Karakurt e Silver (2013) de violência situacional, na qual ambos os parceiros perdem o controle, agem de forma violenta, mas, raramente escalam para as agressões graves ou consequências das violências psicológicas como depressão, TEPT, distúrbios alimentares, dores crônicas, distúrbios de sono, abuso de substâncias, tentativas e suicídio propriamente dito (Dempsey, *et al.*, 2023; Engel, 2002; Hamel, *et al.*, 2023; Karakurt & Silver, 2013; Klenckova *et al.*, 2023; Mascarenhas *et al.*, 2020; Miller, 1999; Njaine *et al.*, 2007).

É também relevante discutir as violências nos contextos das tecnologias de informação e comunicação (TIC). O Brasil é um dos países de maior uso de telefonia celular no mundo, e há literatura expressando como o aspecto controle, nas violências psicológicas, se tornou sofisticado com os meios tecnológicos, o que já vem sendo tratado anteriormente (Bueno *et al.* 2023; Caridade, *et al.*, 2020; Dichter *et al.*, 2018). No entanto, até o presente não se identificaram pesquisas por meio dos descritores aqui utilizados, mostrando outra urgência de produção de pesquisas. Por outro lado, a proposta *ENPODEREENF* (Magalhães *et al.*, 2022) de desenvolvimento de um aplicativo baseado em evidências, para educação permanente de enfermeiros sobre as violências psicológicas contra a mulher, mesmo que apoiada em resultados internacionais, poderá ser adaptada a um número expressivo de outros profissionais.

Ressalta-se como limitações que esta revisão de escopo se restringiu à busca de textos que trouxessem o termo ‘violência(s) psicológica(s)’ em relação às mulheres, praticadas por seus parceiros íntimos, no título do estudo, o que, por um lado trouxe restrições, por outro, evidenciou os limites da área. Também cabe mencionar que, embora tenha se usado os critérios Qualis Periódicos da CAPES, não foram aplicados instrumentos especiais de avaliação de qualidade dessas publicações. Finalmente, cabe notificar que a busca foi realizada com três sentenças diversas dada as limitações dos termos de busca disponíveis nas diferentes bases de dados.

Considerações finais

As violências psicológicas vividas pelas mulheres no âmbito de seus relacionamentos com parceiros íntimos – namorados, cônjuges, ex-cônjuges – já vem sendo estudadas a algumas décadas, mas com menos ênfase do que as violências físicas e sexuais. Por não deixarem marcas aparentes, tendem a ser de difícil identificação, quando não diminuídas em sua gravidade e periculosidade. No entanto, se a violência

física pode redundar em feminicídio, na psicológica pode haver suicídio, conforme identificou a literatura mundial.

Por seu caráter insidioso, de pouca visibilidade pública e privada e naturalização frequente, é fundamental que as violências psicológicas sejam objeto de estudos apurados, desenvolvimento de práticas de prevenção e promoção de saúde. Embora a literatura internacional tenha acumulado extensa produção sobre o tema, e no Brasil se tenha instrumentos legais que a caracterizam e delimitam punições, quem se dedicar à busca de evidências para atendimento e prevenção se deparará com informações dispersas e incluídas principalmente como parte das violências domésticas como um todo.

Frente a esta constatação, foi organizada esta revisão de escopo com a finalidade de identificar as características das publicações científicas sobre violências psicológicas, em relação às mulheres praticadas em relacionamentos íntimos, de modo a identificar ações e temas que contribuam para o reconhecimento em suas expressões regionais e nacionais. E, assim, obter subsídios baseados em evidências para o desenvolvimento de práticas educativas e de atendimento público e privado.

Após analisar detalhadamente os artigos selecionados reassegurou-se a urgência de desenvolvimento de pesquisas e intervenções na área e poucos avanços em relação à literatura que trata das violências psicológicas no escopo das domésticas em geral. Os estudos permanecem indicando a dificuldade de reconhecimento do fenômeno por parte das mulheres que o vivenciam, seus parceiros e os diversos técnicos que as atendem, a despeito de o fenômeno ser delimitável na teoria, na pesquisa e nos relacionamentos.

As violências psicológicas são complexas e esta revisão não identificou avanços expressivos nas definições, para além dos indicadores legais, nem nos índices de incidência e consequências, embora haja sugestões, a serem confirmadas, de tratar-se de um fenômeno em si mesmo, mas que também ocorre associado a outras violências e que pode escalar em risco significativo. Além disso, há que se produzir evidências que possibilitem discriminar o que são relacionamentos psicologicamente agressivos “brandos” e mútuos, daqueles que envolvem risco à saúde física, mental ou à vida.

Nessa busca pelo estado da arte do conhecimento sobre as violências psicológicas vividas por mulheres, há evidências de sua presença em todas as faixas etárias, e associação ao gênero, com forte tendência ao aprendizado no contexto familiar, indicando a urgência de produção de intervenções no âmbito educacional, tanto para alunos de todas as idades, quanto docentes. A revisão trouxe clareza da necessidade de produção nacional de pesquisa, instrumentos de avaliação e estudos epidemiológicos e compreensivos, dada a relevância do fenômeno e seu domínio compartilhado por profissionais de saúde, direito e educação.

Há também a notícia de faltas. A primeira diz respeito à ausência de estudos sobre práticas on-line, principalmente de vigilância por parte do parceiro, e neste contexto,

os profissionais de tecnologia precisarão ser convidados a colaborar com os tradicionais de saúde, do judiciário e de educação, para a geração de meios mais atuais de pesquisa, bem como para intervenções on-line.

Outra ausência se destaca quando se busca dimensionar as duas categorias maiores de ações de violências psicológicas, ou seja, as manifestações de abuso emocional e controle coercitivo. A revisão indica um campo vasto de ausência de conhecimentos precisos sobre incidência, evolução, motivações, expressões regionais e gerais, fatores associados e estudos que identifiquem as interseccionalidade de variáveis no Brasil.

Se a revisão trouxe a certeza da existência do fenômeno em relacionamentos íntimos femininos, a invisibilidade e menor preocupação pode ser caracterizada mesmo no que se refere aos descritores. Esta é a maior das limitações evidenciada; a precariedade de relevância do tema no próprio campo científico, como é expressa no caso da ausência do termo 'violência psicológica' no Descritores em Ciências da Saúde (DeCS/MeSH). Considerando os efeitos sobre a saúde física e mental, a presença do descritor em saúde é uma emergência.

Referências

- Augustin, L. W., & Albuquerque Bandeira, C. C. (2020). Postura e intervenções do gestalt-terapeuta frente à violência psicológica contra a mulher por parceiro íntimo. *Revista da Abordagem Gestáltica: Phenomenological Studies*, 26, 449-459. <https://doi.org/10.18065/2020v26ne.9>
- Barreira, A. K., Lima, M. L. C. D., & Avanci, J. Q. (2013). Coocorrência de violência física e psicológica entre adolescentes namorados do recife, Brasil: prevalência e fatores associados. *Ciência & Saúde Coletiva*, 18(1), 233-243. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232013000100024>
- Bonamigo, V. G., Torres, F. B. G., Lourenço, R. G., & Cubas, M. R. (2022). Violência física, sexual e psicológica segundo a análise conceitual evolucionista de Rodgers. *Cogitare Enfermagem*, 27. <https://doi.org/10.5380/ce.v27i0.82955>
- Brasil. (2006). Lei 11.340: *Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher nos termos do parágrafo 8º da Constituição Federal*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm
- Brasil. (2021). Lei 14.188: *Define o programa de cooperação Sinal Vermelho contra a violência doméstica como uma das medidas de enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher prevista na Lei Maria da Penha*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14188.htm
- Bueno, S.; Martins, J; Lagreca, A; Sobral, I; Barros, B.; Brandão, J.(2023). O crescimento de todas as formas de violência contra a mulher em 2022. In: *Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. (pp. 136-145). <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>
- Caridade, S., Sousa, H. F. P., & Dinis, M. A. P. (2020). Cyber and offline dating abuse in a Portuguese sample: prevalence and context of abuse. *Behavioral Sciences*, 10(10), 152. <http://hdl.handle.net/10400.5/28371>
- Cezario, A. C. F.; C., L. L. de, & Lourenço, L. M. (2016). Violência Contra o Homem Perpetrada por Sua Parceira: Perspectivas de Psicólogos e Assistentes Sociais. *Psicologia em Pesquisa*, 10(1), 76-84. <https://doi.org/10.24879/201600100010049>
- Colossi, P. M., & Falcke, D. (2013). Gritos do silêncio: a violência psicológica no casal. *Psico*, 44(3), 310-318. <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/revistapsico/article/view/11032>
- de Barros Siqueira, V., Leal, I. S., Fernandes, F. E. C. V., de Melo, R. A., & de Lacerda Campos, M. E. A. (2018). Violência psicológica contra mulheres usuárias da atenção primária à saúde. *Revista de APS*, 21(3). <https://doi.org/10.34019/1809-8363.2018.v21.16379>
- de Sousa, L. M. M., Firmino, C. F., Marques-Vieira, C. M. A., Severino, S. S. P., & Pestana, H. C. F. C. (2018). Revisões da literatura científica: tipos, métodos e aplicações em enfermagem. *Revista portuguesa de enfermagem de reabilitação*, 1(1), 45-54. <https://doi.org/10.33194/rper.2018.v1.n1.07.4391>

- Dempsey, F., Hammond, M. D., & Dixon, L. (2023). Examining self-reported motivations for physical and psychological intimate partner aggression: A systematic review. *Aggression and violent behavior*, 69. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2023.101822>
- Dichter, M. E., Thomas, K. A., Crits-Christoph, P., Ogden, S. N., & Rhodes, K. V. (2018). Coercive control in intimate partner violence: Relationship with women's experience of violence, use of violence, and danger. *Psychology of Violence*, 8(5), 596–604. <https://doi.org/10.1037/vio0000158>
- Engel, B. (2002). *The emotionally abusive relationship: How to stop being abused and how to stop abusing*. John Wiley & Sons.
- Hamel, J.; Cannon, C. E., & Graham-Kevan, N. (2023). The consequences of psychological abuse and control in intimate partner relationships. *Traumatology*. Advance online publication. <https://doi.org/10.1037/trm0000449>
- Hirigoyen, M. F. (2006). *A violência no casal: da coação psicológica à agressão física*. Bertrand Brasil.
- Johnson, M. P., & Leone, J. M. (2005). The differential effects of intimate terrorism and situational couple violence: Findings from the National Violence Against Women Survey. *Journal of Family Issues*, 26, 322- 349. <https://doi.org/10.1177/0192513X04270345>
- Karakurt, G., & Silver, K. E. (2013). Emotional abuse in intimate relationships: The role of gender and age. *Violence and Victims*, 28(5), 804-821. <https://doi.org/10.1891/0886-6708.VV-D-12-00041>
- Khalil, H., Peters, M. D., Tricco, A. C., Pollock, D., Alexander, L., McInerney, P., & Munn, Z. (2021). Conducting high quality scoping reviews-challenges and solutions. *Journal of clinical epidemiology*, 130, 156-160. <https://doi.org/10.1016/j.jclinepi.2020.10.009>
- Klencakova, L. E., Pentaraki, M., & McManus, C. (2023). The impact of intimate partner violence on young women's educational well-being: A systematic review of literature. *Trauma, Violence, & Abuse*, 24(2), 1172-1187. <https://doi.org/10.1177/15248380211052244>
- Levy, L., & Gomes, I. C. (2008). Relação conjugal, violência psicológica e complementaridade fusional. *Psicologia clínica*, 20, 163-172. <https://doi.org/10.1590/S0103-56652008000200012>
- Machado, I. V., & Grossi, M. P. (2015). Da dor no corpo à dor na alma: o conceito de violências psicológicas da Lei Maria da Penha. *Revista Estudos Feministas*, 23(2), 561-576. <https://doi.org/10.1590/0104-026X2015v23n2p561>
- Magalhães, B. de C., Silva, M. M. de O., Silva, C. F., Alcântara, P. P. T. de., Oliveira, C. A. N. de., Araújo, M. M. D., & Albuquerque, G. A. (2022). “EMPODEREENF”: construction of an application for nurses' continuing education on psychological violence against women. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 75(5). <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2020-0391>
- Mascarenhas, M. D. M., Tomaz, G. R., Meneses, G. M. S. de., Rodrigues, M. T. P., Pereira, V. O. de M., & Corassa, R. B. (2020). Análise das notificações de violência por parceiro íntimo contra mulheres, Brasil, 2011-2017. *Revista Brasileira de epidemiologia*, 23, e200007-SUPL. <https://doi.org/10.1590/1980-549720200007.supl.1>

- Miller, M. S. (1999). *Feridas invisíveis: abuso não-físico contra mulheres*. Summus.
- Njaine, K., Assis, S. G. D., & Constantino, P. (2007). *Impactos da Violência na Saúde*. Editora FIOCRUZ. <https://doi.org/10.7476/9788575415887>
- Oliveira, A. S. L. A. de., Moreira, L. R., Meucci, R. D., & Paludo, S. dos. S. (2021). Violência psicológica contra a mulher praticada por parceiro íntimo: estudo transversal em uma área rural do Rio Grande do Sul, 2017. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 30(4), e20201057. <https://doi.org/10.1590/S1679-49742021000400017>
- Oliveira, Q. B. M., Assis, S. G. de., Njaine, K., & Pires, T. O. .(2014). Namoro na adolescência no Brasil: circularidade da violência psicológica nos diferentes contextos relacionais. *Ciência & saúde coletiva*, 19, 707-718. <https://doi.org/10.1590/1413-81232014193.19052013>
- Organização Panamericana de Saúde. (2020). *Violência contra as mulheres* <https://www.paho.org/pt/topics/violence-against-women>
- Pimentel, A. D. S. (2013). Pesquisa qualitativa da violência psicológica: um instrumento de análise da linguagem. *Contextos Clínicos*, 6(1), 15-24. <https://doi.org/10.4013/ctc.2013.61.02>
- Portela, Y. (2021). Violência psicológica: dificuldade em romper o vínculo afetivo em uma relação conjugal violenta. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, 32(2). <https://doi.org/10.35919/rbsh.v32i2.987>
- Queiroz, R. A., & Cunha, T. A. R. (2018). A violência psicológica sofrida pelas mulheres: invisibilidade e memória. *Revista Nupem*, 10(20), 86-95. <https://www.sumarios.org/artigo/viol%C3%Aancia-psicol%C3%B3gica-sofrida-pelas-mulheres-invisibilidade-e-mem%C3%B3ria>
- Razera, J., & Falcke, D. (2017). Por que eles permanecem juntos? Contribuições para a permanência em relacionamentos íntimos com violência. *Psicologia Clínica*, 29(3), 543-562. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0103-56652017000300010&script=sci_abstract&tlng=pt
- Ribeiro, M. R. C., da Silva, A. A. M., Batista, R. F. L., de Rocha, L. M. L. N., Schraiber, L. B., Medeiros, N. L., & Barbieri, M. A. (2014). Psychological violence against pregnant women in a prenatal care cohort: rates and associated factors in São Luís, Brazil. *BMC pregnancy and childbirth*, 14(1), 1-9. <https://doi.org/10.1186/1471-2393-14-66>
- Saffioti, H. I. (2001). Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *CADERNOS Pagú*, 115-136. <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644541>
- Saffioti, H. I. (2004). *Gênero, patriarcado, violência*. Ministério Público do Estado da Bahia.
- Silva, L. L. da., Coelho, E. B. S., & Caponi, S. N. C. de (2007). Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, 11, 93-103. <https://doi.org/10.1590/S1414-32832007000100009>
- Souza, D. C., da Silva, M. A., & Beiras, A. (2022). Violência Íntima entre Homens que se Relacionam com Homens-Revisão da Literatura. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 22(4), 1709-1728. <https://doi.org/10.12957/epp.2022.71775>

Tricco, A. C., Lillie, E., Zarin, W., O'Brien, K. K., Colquhoun, H., Levac, D., Moher, D., Peters, M. D. J., Horsley, T., Weeks, L., Hempel, S., Akl, E. A., Chang, C., McGowan, J., Stewart, L., Hartling, L., Aldcroft, A., Wilson, M. G., Garritty, C., Lewin, S., & Straus, S. E. (2018). PRISMA extension for scoping reviews (PRISMA-ScR): checklist and explanation. *Annals of internal medicine*, 169(7), 467-473. <https://doi.org/10.7326/M18-0850>.